



Prefeitura de Porto Amazonas-PR
Motorista II

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Tipos e gêneros textuais	2
Acentuação gráfica.....	9
Ortografia.....	12
Conjugação de verbos usuais	21
Regência	25
Concordância verbal e nominal.....	27
Antônimos e sinônimos. Significação das palavras.....	29
Classes de palavras variáveis e invariáveis e suas funções no texto.....	37
Estrutura e processos de formação de palavras.....	48
Divisão silábica: identificação do número de sílabas. Fonética e fonologia.....	56
Flexão de gênero e número	66
Questões	71
Gabarito.....	81

MATEMÁTICA/ RACIOCÍNIO LÓGICO

Resolução de situações problemas.....	1
Conjuntos	6
Porcentagens	12
Sequências (com números, com figuras, de palavras)	15
Raciocínio lógico-matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica	17
Argumentos válidos.....	26
Questões	31
Gabarito.....	38

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS GERAIS

Noções gerais sobre história, cultura, geografia e turismo em escala municipal, estadual e nacional	1
Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde e obras públicas	9
Questões	177
Gabarito.....	182

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conhecimentos básicos inerentes ao código de trânsito brasileiro	1
Resoluções, deliberações, portarias e demais leis expedidas pelos órgãos componentes do sistema nacional de trânsito	93
Direção defensiva.....	101
Noções gerais de circulação e conduta.....	111
Noções de mecânica de autos	151
Noções de primeiros socorros.....	158
Manutenção e limpeza de veículos	185
Habilidade na condução de veículo.....	193
Questões	199
Gabarito.....	206

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





A resolução de problemas é um aspecto fundamental da matemática que envolve a aplicação de conceitos, fórmulas e raciocínio lógico para encontrar soluções para uma variedade de questões. Este processo não só aprimora a compreensão matemática, mas também desenvolve habilidades críticas de pensamento. A seguir, apresentamos um guia detalhado para a resolução de problemas matemáticos:

Compreensão do problema:

- Leia cuidadosamente o enunciado do problema e certifique-se de entendê-lo completamente.
- Identifique os dados fornecidos, as incógnitas a serem encontradas e as restrições dadas.

Planejamento:

- Decida quais métodos matemáticos ou fórmulas são relevantes para o problema.
- Use diagramas, gráficos ou tabelas para visualizar o problema.
- Se o problema for complexo, divida-o em partes menores e mais gerenciáveis.

Execução:

- Siga o plano desenvolvido e execute os cálculos necessários.
- Mantenha os dados e cálculos organizados para evitar confusões.
- Aplique o raciocínio lógico para seguir passo a passo até a solução.

Verificação:

- Verifique se todos os cálculos foram feitos corretamente.
- Certifique-se de que a solução atende a todas as condições do problema.
- Veja se a resposta faz sentido no contexto do problema.

Comunicação:

- Apresente a solução de forma clara e estruturada.
- Detalhe o processo e o raciocínio utilizados para chegar à solução.
- Utilize a terminologia matemática correta para evitar ambiguidades.

Técnicas para resolver problemas

Ao resolver problemas, é frequentemente necessário traduzir a linguagem comum para a linguagem matemática. Aqui estão algumas correspondências comuns:

Linguagem da questão	Linguagem Matemática
Preposições “da”, “de”, “do”	Multiplicação ($*$ ou $.$)
Preposição “por”	Divisão (\div)
Verbos “equivale a”, “será”, “é”	Igualdade ($=$)
Pronomes interrogativos “qual”, “quanto”	Incógnita (x)
Um número	x



Fundação do Brasil

A descoberta do Brasil ocorreu em 22 de abril de 1500, quando uma frota portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, em direção às Índias, aportou nas novas terras, iniciando o ciclo de expansão marítima de Portugal. A terra, inicialmente chamada de Terra de Vera Cruz, depois Santa Cruz, e finalmente Brasil, foi explorada com foco na concentração do pau-brasil, uma madeira avermelhada usada como corante na Europa, que deu nome ao território.

Expedições de exploração, comandadas por Gonçalo Coelho e Gaspar de Lemos, e patrulhas de defesa lideradas por Cristóvão Jacques, foram enviadas para mapear o litoral e combater invasores, especialmente franceses, garantindo assim a posse portuguesa. O sistema de feitorias, já usado nas relações comerciais na África e na Ásia, foi implantado para defesa e para o escambo do pau-brasil com os povos indígenas. A Coroa portuguesa concedeu a exploração do pau-brasil a Fernão de Noronha, que detinha o monopólio desta atividade.

Início da Colonização

A colonização efetiva do Brasil começou em 1530, com a expedição de Martim Afonso de Sousa, que trouxe o cultivo da cana-de-açúcar e a criação dos primeiros engenhos na cidade de São Vicente, no atual estado de São Paulo. Embora São Vicente tenha se destacado inicialmente, a produção de açúcar se concentrou no Nordeste, especialmente em Pernambuco, com um sistema econômico baseado em grandes propriedades (latifúndios), monocultura e trabalho escravo africano. O açúcar cultivado era destinado principalmente à exportação.

Ao lado da economia açucareira, o ciclo do gado se expandiu pelo agreste e sertão nordestino, bem como pela bacia do rio São Francisco. No século XVIII, o ciclo da mineração trouxe tona ouro e diamantes em Minas Gerais, promovendo uma ocupação mais intensa no interior. A sociedade mineradora apresentou uma diversidade maior, com a presença de comerciantes, artesões e funcionários da Coroa, contrastando com a sociedade rural açucareira.

Organização Política e Administrativa

Politicamente, o Brasil-colônia era administrado pela Coroa portuguesa. Para o comércio a ocupação, Portugal implementou, em 1534, o sistema de capitânicas hereditárias, dividindo o território em grandes lotes, concedendo a particulares para exploração e povoamento. Contudo, somente as capitânicas de São Vicente e Pernambuco prosperaram, e esse sistema foi extinto no século XVIII.

Em 1548, a Coroa criou o Governo-Geral para centralizar o controle administrativo da colônia. Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, recebeu amplos poderes e fundou Salvador, a primeira capital do Brasil, que abrigou o governo-geral até a mudança para o Rio de Janeiro em 1763. A administração local era gerida pelas câmaras municipais, compostas pelos colonos mais abastados, conhecidos como “homens bons”.

A Igreja Católica desempenhava um papel crucial, cobrando-se dos aspectos administrativos, da assistência social, da educação e da catequese dos povos indígenas. Entre as ordens religiosas, os jesuítas tiveram destaque na educação e catequese.

Invasões Estrangeiras

Durante o período colonial, o Brasil foi alvo de invasões estrangeiras, especialmente dos franceses, ingleses e holandeses. Em 1555, os franceses estabeleceram a França Antártica na ilha de Villegaignon, na baía de Guanabara, mas foram expulsos em 1567, em um confronto que envolveu Estácio de Sá, fundador do Rio de Janeiro. Entre 1612 e 1615, busquei novamente, dessa vez no Maranhão, fundando a colônia França Equinocial.

**LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997**

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 1º Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

§ 3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

§ 4º (VETADO)

§ 5º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.

Art. 2º São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

Art. 3º As disposições deste Código são aplicáveis a qualquer veículo, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ou estrangeiros e às pessoas nele expressamente mencionadas.

Art. 4º Os conceitos e definições estabelecidos para os efeitos deste Código são os constantes do Anexo I.

CAPÍTULO II**DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO****SEÇÃO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 5º O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.